

PLANILHA DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR 26 DE DEZEMBRO DE 2014

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto Haroldo Pinheiro, publicaremos semanalmente, uma Planilha de Projetos Legislativos de Interesse do CAU/BR. **As últimas atualizações estão com realce de texto amarelo.**

Esta Planilha compreende a parte do processo legislativo que decorre no Congresso nacional e para melhor entendimento enumeramos suas partes:

1. **PROPOSTAS:** Tipo e número das proposições em tramitação na Câmara dos Deputados e Senado Federal (Ex. PL 2043/2011). Este item também informa os apensados ao projeto (proposições mais novas, que tratam de matérias afins, e são apensadas com o objeto de tramitarem juntas).
2. **AUTOR:** De acordo com o art. 61 da Constituição Federal a Iniciativa dos Projetos de Lei caberá:

- I – Deputados, individual ou coletivamente;
- II – Comissão ou Mesa Diretora;
- III – Senadores, individual ou coletivamente;
- IV – Presidente da República;
- V – Supremo Tribunal Federal;
- VI – Tribunais Superiores;
- VII – Procurador-Geral da República;
- VIII – Cidadãos.

3. **EMENTA:** É uma breve apresentação do conteúdo do projeto.
4. **TRAMITAÇÃO:** É o curso da proposição de acordo com regras previamente fixadas.



	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	TRAMITAÇÃO	ATUAÇÃO CAU/BR
1	PLS 559/2013	COMISSÃO - CT - Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993)	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	<p>10/09/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</p> <p>Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA</p> <p>Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 589, de 21/08/2014, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, com manifestação sobre a matéria (fls. 762 a 792).</p> <p>04/11/2014 - Constou na pauta do Plenário do Senado Federal</p> <p>13/11/2014 CI - Comissão de Serviços de InfraEstrutura</p> <p>Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA</p> <p>Anexado às folhas 749 à 753 documento da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ, de autoria do Presidente desta entidade, Senhor Luiz Aubert Neto.</p> <p>18/12/2014 - CI - Devolvido pelo relator com minuta de parecer pela aprovação do PLS nº 559, de 2013, pela rejeição das Emendas de Plenário nº 1 a 5, 7, 8, 39, 45, 46, 47, 49 e 51, pela aprovação das Emendas de Plenário nº 9, 10, 11, 13, 14, 17, 19 a 21, 23, 24, 26 a 31, 33, 34, 38, 40, 42, 43, 48, 52, 54 e 56, pela declaração de prejudicialidade da Emenda nº 55, pela aprovação parcial das Emendas de</p>	Em 10/09/2014, o CAU/BR encaminhou ofício à CCJ do Senado, com manifestação sobre a matéria acerca da modalidade contratação integrada.



				<p>Plenário nº 6, 12, 15, 16, 18, 22, 25, 32, 35, 36, 37, 41, 44, 50 e 53, com as subemendas que apresenta.</p> <p>18/12/2014 – CAE - Devolvido pelo relator, por solicitação desta secretaria. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.</p>	
2	<p>PLC 31/2014 (PL 3370/2012)</p> <p>Apensados: PL 3376/2012 PL 3447/2012 PL 3507/2012 PL 4102/2012 PL 4944/2013 PL 5145/2013</p>	<p>DEP. AUGUSTO COUTINHO - DEM/PE.</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenções periódicas nas edificações constituídas por unidades autônomas, públicas ou privadas, em todo o território nacional, e dá outras providências.</p>	<p>16/09/2014 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Juntei a Emenda nº 1, de autoria do Senador Cyro Miranda (fls. Nº 39 a 41). Encaminhada cópia ao relator para análise da emenda. Textos: Emendas apresentadas</p> <p>12/11/2014 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Na 44ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Senador Francisco Dornelles apresenta Relatório favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. A matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Francisco Dornelles, para reexame do Relatório</p> <p>02/12/2014 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido às 13h30 Relatório reformulado pelo Senador Francisco Dornelles, com voto favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta, e contrário à</p>	<p>Em 02/12, o relator alterou seu parecer contemplando os arquitetos e os CAU'S/UF. O CAU/BR coletou 6.500 assinaturas para que os arquitetos e os CAU'S/UF constassem no projeto. Dada a não deliberação da matéria na 54ª legislatura e dado seu término, a matéria será redistribuída para nova relatoria. Assim que esta for designada, o CAU/BR atuará junto ao relator na CCJ.</p>



				Emenda nº 1.	
--	--	--	--	---------------------	--

3	PLC 13/2013 OU (PL 7607/2010)	DEPUTADO – JOSÉ CHAVES	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	<p>05/11/2014 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</p> <p>Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Ação: Matéria aprovada em decisão terminativa. Envio para a sanção.</p> <p>17/11/2014 ATA-PLEN – SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA Ação: Encaminhado à publicação o Reqcurso nº 11, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores, interposto no prazo regimental no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário. Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, nos termos do art. 235, II, c, do Regimento Interno. ***** Retificado em 19/11/2014***** Encaminhado à publicação o Recurso nº 11, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário. Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, nos termos do art. 235, II, c, do Regimento Interno.</p>	O CAU/BR, em conjunto com outras entidades do exercício profissional de arquitetos e engenheiros, como a ANSEAF, apresentou emendas de redação ao projeto. A emenda proposta, tendente a alterar a Lei nº. 12.378/2010, não foi aceita visto que acarretaria o retorno da proposição à Câmara dos Deputados, atrasando sua aprovação em definitivo. A matéria aguarda
---	--	---------------------------	---	--	--



				26/11/2014 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA	inclusão em plenário para discussão e votação. O CAU/BR encaminhou ofícios aos líderes solicitando a inclusão do projeto em pauta.
4	PL 6014/2013 (PLS 491/2011) Apensado PL 6841/2013 PL 6382/2013	SENADOR MARCELO CRIVELLA	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	27/11/2014 Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDU, pelo Deputado Roberto Britto (PP-BA). 27/11/2014 Parecer do Relator, Dep. Roberto Britto, pela aprovação do PL nº 6.014/13, com emendas, e pela rejeição dos PL's nºs 6.382/13, e 6.841/13, apensados. 10/12/2014 - CDU - Aprovado unanimemente o Parecer. 12/12/2014 - CCJC - Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-6382/2013, PL-6841/2013 apensadas.	Foram apresentadas emendas de forma a incluir os CAU/UF como Conselhos fiscalizadores de seus profissionais inscritos, ao emitirem o LITE.
5	PLS 37/2011	SENADOR - MARCELO CRIVELLA	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica	26/03/2014 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	O CAUBR mobilizou outras entidades com o propósito de impedir que a



			substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	<p>Ação: Ao Gabinete do Senador Ricardo Ferraço, para relatar a matéria.</p> <p>18/12/2014 - CI - Devolvido pelo Relator, em atendimento ao § 2º do art. 89 do Regimento Interno.</p> <p>18/12/2014 - CI - Anexados, às folhas 24/27, o original do Of. SGP nº 5928/2014 de autoria do Deputado Samuel Moreira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que encaminha cópia da Moção nº 34, de 2014; cópia de despacho endereçado ao Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal e cópia de Ofício remetido ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.</p>	instalação de infraestrutura de energia elétrica cause prejuízos à paisagem urbana
6	PLS (SCD) 293/2012 ou (PL 5013/2013)	SENADO FEDERAL VITAL DO REGO	Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País.	<p>29/10/2014 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática</p> <p>Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO</p> <p>Ação: Reunida a Comissão nesta data, a apreciação da Matéria é adiada.</p>	O CAUBR mobilizou outras entidades com o propósito de impedir que a instalação de infraestrutura de telefonia cause prejuízos à paisagem urbana.
7	PL 2043/2011	DEP. RICARDO IZAR - PV/SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.	<p>20/05/2014 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</p> <p>Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)</p>	Foram apresentadas emendas em parceria com a ABAP (Associação Brasileira de



					Arquitetos Paisagistas).
--	--	--	--	--	-----------------------------

8	PL 4692/2012	DEP. RICARDO IZAR – PSD/SP	Dispõe sobre a regulamentação e o exercício da profissão de designer de interiores e dá outras providências.	30/10/2014 – Comissão de Educação (CE) Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CE, pelo Dep. Izalci Parecer com Complementação de Voto, Dep. Izalci (PSDB-DF), pela aprovação, na forma do Substitutivo. 05/11/2014 – Recebimento pela CCJC. 13/11/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Gabriel Guimarães (PT-MG) 13/11/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/11/2014) 27/11/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	
---	--------------	-------------------------------------	---	---	--

9	PLS 561/2009	SEM. MARCELO CRIVELLA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer formato específico para o instrumento de fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.	29/04/2013 CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação:	
---	--------------	-----------------------------	--	--	--



				<p>Matéria constante da Pauta da Pauta da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, agendada para o dia 30/04/2013. ***** Retificado em 29/04/2013***** Desconsiderar tramitação atual.</p> <p>19/12/2014 - CMA - À SCLSF, em atendimento ao art. 332 do Regimento Interno.</p>
--	--	--	--	---

10	PL 1292/1995 Ou PLS 163/1995 Apensados: PL 5970/2013	SEM. FEDERAL - LAURO CAMPOS - PT/DF	Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">▪ Apresentação do Parecer do Relator, PRL 9 CCJC, pelo Dep. Fábio Trad Inteiro teor▪ Parecer do Relator, Dep. Fábio Trad (PMDB-MS), pela inconstitucionalidade e injuridicidade <p>02/09/2014</p> <p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Devolvido ao Relator, Dep. Fábio Trad (PMDB-MS)
-----------	---	-------------------------------------	--	--



11	PLC 32/2007 (PL 7709/2007) Tramitam em conjunto: PLS 323/2012 e PLS 578/2011 Apensado: PL 566/2007	PODER EXECUTIVO	Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências.	12/08/2014 CAE – Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Eduardo Suplicy relator da Matéria. Ao Relator. (Tramitam em conjunto o PLC nº 32 de 2007 e os PLS nºs 578 de 2011 e 323 de 2012). 17/12/2014 – CAE - Devolvido pelo relator, por solicitação desta secretaria.
12	PLC 24/2013 (PL 1391/2011)	DEP.PENNA – PV/SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer, e dá providências. <ul style="list-style-type: none">• OBS: este projeto dispõe sobre a atividade do <i>designer industrial</i>.	12/11/2014 CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES Ação: Em Reunião Extraordinária realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais aprova, por unanimidade, o Projeto de Lei da Câmara, relatado pelo Senador Paulo Davim. (fls. 27 a 32) Juntei o Ofício nº 115/2014 - Presidência/CAS, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, conforme art. 91, § 2º combinado com o art. 92 do RISF. (fl. 33) Textos: Parecer aprovado na comissão Download do documento em PDF 24/11/2014 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA Ação: A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 12, de 2014, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário. Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, nos termos do art. 235, II, c, do Regimento Interno.



13	PEC 1/2010	SEM. GEOVANI BORGES E OUTROS.	Dispõe sobre o efeito do diploma de nível superior para a qualificação profissional.	04/09/2014 SSCLSF – SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA
14	PEC 2/2010	SEM. SADI CASSOL e OUTROS.	Estabelece como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal.	27/02/2013 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Lobão Filho deixar de compor esta Comissão em 26/02/2013. 22/10/2013 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído às 17h45 ao Senador Lobão Filho, para emitir Relatório. 31/10/2013 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação:



				Devolvido às 17h pelo Senador Lobão Filho sem alteração no relatório, com voto pela inconstitucionalidade da Proposta e por seu arquivamento. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
15	PLS 56/2012 (a presente matéria será encaminhada às mesmas comissões que o PLS 559/2013, vez que são matérias correlatas)	SEM. PEDRO TAQUES	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	13/02/2014 CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido na Comissão nesta data. 19/02/2014 CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Ao Gabinete do Senador Francisco Dornelles, para relatar a matéria. 17/12/2014 – CI - Devolvido pelo Relator, em atendimento ao § 2º do art. 89 do RISF. 17/12/2014 - presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.
16	PLC 59 /2010 Ou PL 2897/2008	DEP. MIGUEL MARTINI	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.	17/09/2013 SEXP – SECRETARIA DE EXPEDIENTE Ação: Recebido neste órgão às 16:25 hs. 17/09/2013 SEXP – SECRETARIA DE EXPEDIENTE Ação: Anexado o texto revisado (fls. 47 e 48).



				20/09/2013 SEXP – SECRETARIA DE EXPEDIENTE Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado o Ofício SF nº 2.118, de 20/09/2013, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 49 a 51).
17	PLS 118/2012	SEM. – LÚCIA VÂNIA	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	19/03/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 17h50m. Matéria aguardando distribuição. 05/05/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Pedro Simon, para emitir relatório. 17/11/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido o Relatório do Senador Pedro Simon, com voto que conclui pela apresentação de requerimento de tramitação conjunta com o PLS nº 559, de 2013. Matéria pronta para a Pauta na Comissão



18	PEC 162/2012	PAULO RUBEM SANTIAGO - PDT/PE	Inserir novo artigo no Capítulo II do Título VII da Constituição Federal, para prever o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano.	30/05/2014	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none">Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 31/05/2014, Letra A.
19	TRAMITAM EM CONJUNTO: PLS 130/2007 PLS 242/2007 PLS 481/2007 PLS 701/2007 PLS 467/2008 PLS 90/2010 PLS 195/2010 PLS 63/2011 PLS 246/2011 PLS 344 / 2011 PLS 136 /2012 PLS 270/2012 PLS 125/2013 PLS 181/2013 PLS 329/2013 PLS 353/2013 PLS 354/2013 PLS 476/2013 PLS 528/2013 PLS 16/2014	PLS 242/2007 - Senador Osmar Dias PLS 467/2008 - Senadora Ideli Salvatti PLS 90/2010 - Senador Fernando Collor	PLS 242/2007 - Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. PLS 467/2008 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional. PLS 90/2010 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para <u>incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.</u>	20/11/2014 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Ação: Aprovado o Requerimento nº 180, de 2014. Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 130/2007; PLS 242/2007; PLS 481/2007; PLS 701/2007; PLS 467/2008; PLS 90/2010; PLS 195/2010; PLS 63/2011; PLS 246/2011; PLS 344/2011; PLS 136/2012; PLS 270/2012; PLS 125/2013; PLS 181/2013; PLS 329/2013; PLS 353/2013; PLS 354/2013; PLS 476/2013; PLS 528/2013; PLS 16/2014 - todos Complementares. <i>As Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos.</i> Publicação em 21/11/2014 no DSF Página(s): 172 - 174 (Ver Diário) Encaminhado para: CAS - Comissão de Assuntos Sociais 20/11/2014 CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta data, na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais. Matéria aguardando designação de Relatoria. (Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 130/2007; PLS 242/2007; PLS 481/2007; PLS 701/2007; PLS 467/2008; PLS 90/2010; PLS 195/2010; PLS 63/2011; PLS 246/2011; PLS 344/2011; PLS 136/2012; PLS 270/2012; PLS 125/2013; PLS 181/2013; PLS 329/2013; PLS 353/2013; PLS 354/2013; PLS 476/2013; PLS 528/2013; PLS 16/2014 - todos Complementares)	



20	PL 7841 / 2014 ou PLS 399/2011 Apensados: PL 7723/2010 PL 3052/2011 PL 3845/2012 PL 5620/2013 PL 6102/2013 PL 7281/2014	SEM. ROBERTO REQUIÃO	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	<p>05/11/2014 Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Designado Relator, Dep. Zeca Dirceu (PT-PR)</p> <p>26/11/2014 Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Apresentação do Requerimento n. 617/2014, pelo Deputado Zeca Dirceu (PT-PR) "Solicita a realização de Mesa Redonda para debater a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino estrangeiras".</p> <p>16/12/2014 – Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Relator, Dep. Zeca Dirceu (PT-PR), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5620/2013, do PL 6102/2013, do PL 7281/2014, do PL 7723/2010, e do PL 3052/2011, apensados.</p>
21	PLS 439/2009	SEM. JEFFERSON PRAIA	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais.	<p>23/04/2014 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos</p> <p>Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO</p> <p>Ação: Em 23/04/2014, o Senador Pedro Taques apresenta Voto em Separado pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 6-CI (Substitutivo). Anexado ao processado às fls. 63-80.</p> <p>17/12/2014 – CAE - À SCLSF, em atendimento ao art. 332 do Regimento Interno.</p>
22	PLS 541/2011	SENADOR – ALOYSIO NUNES FERREIRA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade	<p>03/07/2014 – CDR - Em 03.07.2013, durante a 17ª Reunião, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR.</p> <p>12/11/2014 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação</p>



			nos passeios públicos.	Participativa Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES Ação: Na 63ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR/CDH. Assina sem voto o Senador Aníbal Diniz. 18/11/2014 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES Ação: Anexei o Parecer, as listas de votação na CDH e o Ofício nº 348/2014-CDH (fls. 23 a 28), que comunica ao Presidente do Senado Federal a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF. À SSCLSF para prosseguimento da tramitação. 11/12/2014 - Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário. (Art. 91, §§ 3º a 5º, RISF). 12/12/2014 - Prazo para interposição de recurso: 15/12/2014 a 19/12/2014.
23	PLS 550/2011 - Complementar	SEN. WALTER PINHEIRO	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	24/11/2011 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição. 02/04/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação:



				<p>Distribuído ao Senador José Pimentel, para emitir relatório.</p> <p>23/10/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido às 16h05 relatório do Senador José Pimentel, com voto contrário ao Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.</p>
24	PL 559/2007	DEP. JOAQUIM BELTRÃO – PMDB/AL	“Dispõe sobre a realização de exame de suficiência como requisito para a obtenção de registro profissional.”	<p>31/01/2011 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <ul style="list-style-type: none">Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 – Suplemento ao nº 14. <p>28/04/2011 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <ul style="list-style-type: none">Apresentação do REQ 1474/2011, pelo Dep. Joaquim Beltrão, que solicita o desarquivamento de proposição. <p>02/05/2011 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <ul style="list-style-type: none">Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade



				com o despacho exarado no REQ-1474/2011.
25	PL 696/2003 (PLC 166/2008)	DEP. ZEZÉU RIBEIRO PT/BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valores didáticos por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências.	05/11/2014 Comissão de Educação (CE) Designado Relator Substituto, Dep. Angelo Vanhoni (PT-PR) 05/11/2014 - CE - Parecer do Relator Substituto, Dep. Angelo Vanhoni (PT-PR), pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal. 05/11/2014 CE - Aprovado o Parecer. 16/12/2014 – CCJC – Recebimento pela CCJC.
26	PL 791/2011 Apensado: PL 3028/2011	DEP. JOVAIR ARANTES	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	02/05/2012 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) • Devolvido ao Relator, Dep. Alex Canziani (PTB-PR) 12/07/2012 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) • Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CTASP, pelo Deputado Alex Canziani (PTB-PR). <u>Inteiro teor</u>



				<ul style="list-style-type: none">Parecer do Relator, Dep. Alex Canziani (pendente de análise)				
27	PL 816/2011	DEP. RUBENS BUENO	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões.	<table border="1"><tr><td>27/06/2014</td><td>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<ul style="list-style-type: none">Designada Relatora, Dep. Fátima Bezerra (PT-RN)</td></tr><tr><td>01/07/2014</td><td>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<ul style="list-style-type: none">Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 02/07/2014)</td></tr></table>	27/06/2014	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">Designada Relatora, Dep. Fátima Bezerra (PT-RN)	01/07/2014	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 02/07/2014)
27/06/2014	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">Designada Relatora, Dep. Fátima Bezerra (PT-RN)							
01/07/2014	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 02/07/2014)							
28	PL 866/2011	DEP. ONOFRE SANTO AGOSTINI - DEM/SC	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências.	<table border="1"><tr><td>24/04/2014</td><td>PLENÁRIO (PLEN) - 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária<ul style="list-style-type: none">Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes.</td></tr><tr><td>29/04/2014</td><td>PLENÁRIO (PLEN) - 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária<ul style="list-style-type: none">Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.</td></tr></table>	24/04/2014	PLENÁRIO (PLEN) - 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária <ul style="list-style-type: none">Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes.	29/04/2014	PLENÁRIO (PLEN) - 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária <ul style="list-style-type: none">Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
24/04/2014	PLENÁRIO (PLEN) - 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária <ul style="list-style-type: none">Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes.							
29/04/2014	PLENÁRIO (PLEN) - 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária <ul style="list-style-type: none">Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.							
29	PL 1004/2011	DEP. EFRAIM FILHO	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.	<p>15/06/2011</p> <p>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</p> <ul style="list-style-type: none">Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.				



				19/09/2011 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Vicentinho (PT-SP). <u>Inteiro teor</u>• Parecer do Relator, Dep. Vicentinho (PT-SP), pela aprovação. <u>Inteiro teor</u>
30	PL 1365/2011 Apensados: PL 2321/2011 PL 2668/2011 PL 2886/2011	DEP. VIEIRA DA CUNHA – PDT/RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.	23/04/2013 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none">• Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano publicado no DCD de 24/04/2013, Letra B. 24/04/2013 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">• Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)
31	PL 1562/2011	DEP. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR – PDT/BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.	16/07/2014 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">▪ Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Marcos Rogério (PDT-RO). <u>Inteiro teor</u>▪ Parecer do Relator, Dep. Marcos Rogério (PDT-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda; e do Substitutivo da



					Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemendas. Inteiro teor
32	PL 1703/2011	DEP. JORGE TADEU MUDALEN – DEM/SP	Dispõe sobre a instalação do denominado “Telhado Verde” e dá outras providências.	10/06/2014 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS Devolvido ao Relator, Dep. Felipe Bornier (PSD-RJ), para alterar o parecer. Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PSD-RJ), pela aprovação, com substitutivo. 12/11/2014 Discutiu a Matéria o Dep. Felipe Bornier (PSD-RJ). 12/11/2014 Aprovado, por unanimidade, o Parecer. 14/11/2014 Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Recebimento pela CDU. 19/11/2014 Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Designado Relator, Dep. Fábio Souto (DEM-BA)	
33	PL 2193/2011	DEP. EDSON SILVA – PSB/CE	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. <i>(Torna obrigatória a instalação de solução individual de esgotamento sanitário nos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo de pelo menos 50 (cinquenta) pessoas.)</i>	24/07/2014 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">▪ Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA). Inteiro teor▪ Parecer do Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Inteiro teor	



34	PL 2245/2007	DEP. REGINALDO LOPES - PT/MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.	08/05/2014 PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none">▪ Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 10137/2014, pela Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do PL 2245 de 2007, que Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências". Inteiro teor
35	PL 2457/2011 (PLS 411/2007) Apensados : PL 4946/2001 PL 1310/2011 PL 3322/2004 PL 7074/2006 PL 4958/2009 PL 1069/2007 PL 953/2011 PL 2454/2011 PL 2565/2007 PL 7849/2010 PL 682/2011 , PL 1138/2011 PL 2874/2011	SENADO FEDERAL - MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.	13/11/2013 Comissão de Minas e Energia (CME) <ul style="list-style-type: none">• Prazo de Vista Encerrado 17/12/2013 Comissão de Minas e Energia (CME) <ul style="list-style-type: none">• Devolvido ao Relator, Dep. Paulo Magalhães (PSD-BA)



36	PL 2629/2011	FÁBIO FARIA - PSD/RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.	<p>05/11/2014</p> <p>Comissão de Viação e Transportes (CVT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária</p> <ul style="list-style-type: none">Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Jesus Rodrigues, apresentou voto em separado o Deputado Fábio Ramalho. <p>05/11/2014</p> <p>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</p> <ul style="list-style-type: none">Parecer recebido para publicação. <p>06/11/2014</p> <p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <ul style="list-style-type: none">Recebimento pela CCJC <p>12/11/2014</p> <p>Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Viação e Transportes Publicado em avulso e no DCD de 13/11/2014, Letra A.</p>
37	PL 2664/2011	DEP. ARNALDO JARDIM - PPS/SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.	<p>24/10/2013</p> <p>Comissão de Educação (CE)</p>



				<ul style="list-style-type: none">• Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 25/10/2013) <p>19/11/2013</p> <p>Comissão de Educação (CE)</p> <ul style="list-style-type: none">• Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. <p>24/11/2014</p> <p>Comissão de Educação (CE)</p> <p>Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CE, pelo Deputado Stepan Nercessian (PPS-RJ).</p> <p>- 24/11/2014 Parecer do Relator, Dep. Stepan Nercessian (PPS-RJ), pela aprovação, com emenda.</p>
38	PL 3188/2012	DEP. ROGÉRIO CARVALHO - PT/SE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para instituir e regular o direito à paisagem urbana.	<p>21/05/2014</p> <p>Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Devolvido ao Relator, Dep. Alfredo Sirkis (PSB-RJ), para alterar parecer. <p>19/11/2014</p> <p>Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)</p> <p>Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CMADS, pelo Dep. Alfredo Sirkis</p>



				Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Alfredo Sirkis (PSB-RJ), pela aprovação, com emenda. Inteiro teor
39	PLC 70/2013 (PL 3443/2012)	DEP. PEDRO UCZAI - PT/SC	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional. Explicação da Ementa Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta dias).	21/11/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 9h10. Matéria aguardando distribuição
40	PLC 5/2014 (PL 3460/2004)	DEP. WALTER FELDMAN - PSDB/SP	Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.	12/11/2014 CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Ao Gabinete da Senadora Lídice da Mata para relatar a matéria. 13/11/2014 CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Recebido na Comissão nesta data. Encaminhado ao Gabinete da Senadora Lídice da Mata para relatar a matéria. 16/12/2014 - CI - Devolvido pelo Gabinete da Relatora, com minuta de



				<p>parecer pela aprovação da matéria.</p> <p>17/12/2014 - Situação: APROVADA</p> <p>Ação: 14:30 - (Matéria apreciada na Ordem do Dia, extrapauta, em virtude do Requerimento nº 1051, de 2014, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)</p> <p>Anunciada a matéria, é lido o Parecer nº 1133, de 2014 - CMA, Relator Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável.</p> <p>É proferido pela Senadora Lídice da Mata o Parecer nº 1134, de 2014 - Plen, em substituição à Comissão de Serviços de Infraestrutura, favorável. A seguir, é proferido pelo Senador Inácio Arruda o Parecer nº 1135, de 2014 - Plen, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável. Discussão encerrada, sem apresentação de emendas. Aprovado o projeto. À sanção. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.</p>
41	PL 3608/2012	DEP. ROMERO RODRIGUES - PSDB/PB	Altera a redação do art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, (Lei das Contravenções Penais), a fim de majorar a pena pelo exercício ilegal de profissão ou atividade.	10/12/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC Parecer do Relator, Dep. Leonardo Picciani (PMDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.
42	PL 5253/2013 (Apensado:PL 3634/2012)	DEP. LUIZ PITIMAN - PMDB/DF	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a destinação de parte da renda líquida dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia e da Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia e Agronomia para o custeio de fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas às inspeções periódicas a cargo do	12/04/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II. Apense-se a este PL-3634/2012.Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas



			órgão, bem como de medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes.	<p>Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Prioridade <u>Inteiro teor</u></p> <p>31/10/2013</p> <p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5253/2013</p> <p>28/11/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <p>Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Mauro Benevides (PMDB-CE).</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Mauro Benevides (PMDB-CE), pela constitucionalidade deste, e do PL 3634/2012, apensado.</p>
43	PL 4029/2008	CARLOS BEZERRA - PMDB/MT	Altera a Lei nº 6.815, de 1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	<p>23/11/2011</p> <p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <ul style="list-style-type: none">• Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. <p>13/03/2012</p> <p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Dr. Grilo (PSL-MG). <u>Inteiro teor</u>• Parecer do Relator, Dep. Dr. Grilo (PSL-MG), pela



				inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição. <u>Inteiro teor</u>
44	PL 4095/2012	DEP. BOHN GASS - PT/RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.	06/06/2014 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none">Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 7/6/2014, Letra B.
45	PL 4749/2009 Apensados: PL 243/2011 PL 6439/2009 PL 6429/2009 PL 5058/2013	DEP. CELSO RUSSOMANO - PP/SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	27/03/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">Em virtude da apensação do PL 5058/2013 a este, para incluir a Comissão de Finanças e Tributação, para se manifestar quanto ao mérito e nos termos do art. 54, II, do RICD. Às Comissões de Desenvolvimento Urbano; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária <u>Inteiro teor</u> 19/06/2013 Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) <ul style="list-style-type: none">Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CDU, pelo Deputado José Chaves (PTB-PE). <u>Inteiro teor</u>Parecer do Relator, Dep. José Chaves, pela rejeição do PL nº 4.749/09, e dos PL's nºs 6.429/09, 6.439/09, 243/11, 7.023/10, e



				5.058/2013, apensados. <u>Inteiro teor</u>
46	PL 5858/2013 Apensado: PL 4931/2013	RONALDO FONSECA - PR/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	<p>15/05/2014 Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Recebimento pela CDU, apensado ao PL-5858/2013 <p>11/11/2014 - Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)</p> <p>Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDU, pelo Deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO). Inteiro teor</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Heuler Cruvinel (PSD-GO), pela aprovação deste e do PL 4931/2013, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes;</p> <p>26/11/2014 - Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)</p> <p>Vista à Deputada Erika Kokay.</p>
47	PL 5015/2013	DEP. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - PDT/BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.	<p>05/08/2014 - Apresentação do Requerimento de Redistribuição n. 10614/2014, pelo Deputado Augusto Coutinho (SD-PE), que: "Requer a revisão de despacho inicial aposto ao Projeto de Lei nº 5.015, de 2013, para que seja, também, apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio".</p> <p>18/12/2014 – CCJC – Devolvida sem manifestação pelo relator na Comissão, Deputado Eduardo Sciarra.</p>



48	PL 5655/2009 Apensados: PL 206/2011	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.	02/08/2012 - Comissão de Esporte e Turismo (CTD) - Parecer do Relator, Dep. Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE), pela aprovação deste, e do PL 206/2011, apensado, na forma do substitutivo. 02/12/2014 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) Parecer da Relatora, Dep. Perpétua Almeida (PCdoB-AC), pela aprovação deste, e do Substitutivo 3 da CTUR, e pela rejeição do PL 206/2011, apensado. 17/12/2014 - CREDN - Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Hugo Napoleão.
49	PL 5680/2013	DEP. GLAUBER BRAGA - PSB/RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.	21/08/2013 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) <ul style="list-style-type: none">• Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 17/09/2013 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Laercio Oliveira (PR-SE). <u>Inteiro teor</u>• Parecer do Relator, Dep. Laercio Oliveira (PR-SE), pela rejeição. <u>Inteiro teor</u>



50	PL 5712/2001 ou PLS 64/2001 Apensados: PL 6460/2002	SEN. ARLINDO PORTO - PTB/MG	Regulamenta o exercício da profissão de Decorador e dá outras providências.	07/11/2013 PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Requerimento de Apensação n. 9033/2013, pelo Deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA), que: "Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 4.692, de 2012 e 5.712, de 2001". <u>Inteiro teor</u> 26/11/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">• Indeferido o Requerimento n. 9.033/2013, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, nos termos do parágrafo único do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de apensação contido no Requerimento n. 9.033/2013, tendo em vista que ambos os projetos encontram-se submetidos ao regime de tramitação conclusiva nas comissões, e que o Projeto de Lei n. 5.712/2001 já recebeu parecer de mérito. Publique-se. Oficie-se."
51	PL 6179/2009	DEP. BONIFÁCIO DE ANDRADA - PSDB/MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	23/05/2012 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">• Recebimento pel a CCJC. 29/05/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)



				<ul style="list-style-type: none">• Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 6.179/2009, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, inciso II, alínea "g", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se. <u>Inteiro teor</u>
52	PL 6699/2002 Apensados: PL 6994/2002	DEP. JOSÉ CARLOS COUTINHO – PFL/RJ	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	30/04/2014 PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none">▪ Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 10089/2014, pelo Deputado Augusto Coutinho (SD-PE), que: "Requer a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 6.699/2002, que modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências". <u>Inteiro teor</u>
53	PL 6709/2009 (PLS 198/2009)	SEN. ROSALBA CIARLINI – DEM/RN	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.	10/06/2014 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">▪ Devolvida sem Manifestação.
54	PL 7699/2006 Ou PLS 6/2003	SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - PT/RS	Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências.	02/09/2014 Apresentação do Requerimento n. 10677/2014, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 7699/2006, que "Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências" 04/09/2014 Indeferido o Requerimento n. 10523/2014, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Requerimento n. 10.523/2014, por entender que os Projetos de Lei n 1.395/2003, 7.664/2006 e 7.417/2014 tratam de



				matérias correlatas às tratadas no Projeto de Lei n. 7.699/2006 e apensos. Publique-se. Oficie-se						
55	PLP 366/2012 (PLS 386/2012)	Senado Federal Romero Jucá (PMDB)	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	06/12/2013 - Recebido o Ofício nº 2608/2013, do Senado Federal, que encaminha, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados; 04/02/2014 - Às CDEIC, CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (mérito e art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. 03/12/2014 - Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação deste, do PLP 162/2012, do PLP 244/2013, do PLP 267/2013, do PLP 339/2013, do PLP 385/2014, do PLP 165/2012, do PLP 274/2013, e do PLP 340/2013, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PLP 34/2011, e do PLP 183/2012, apensados.						
56	3699/2004	Arnaldo Faria De Sá	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.	<table border="1"><tr><td>18/10/2013</td><td>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)<ul style="list-style-type: none">Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 3.699/2004, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, II, "g", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se. Inteiro teor</td></tr><tr><td>21/10/2013</td><td>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<ul style="list-style-type: none">Recebimento pela CCJC.</td></tr><tr><td>11/12/2013</td><td>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<ul style="list-style-type: none">Designado Relator, Dep. Eduardo Sciarra (PSD-PR)Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Eduardo Sciarra Inteiro teorParecer do Relator, Dep. Eduardo Sciarra (PSD-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica</td></tr></table>	18/10/2013	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 3.699/2004, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, II, "g", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se. Inteiro teor	21/10/2013	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">Recebimento pela CCJC.	11/12/2013	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">Designado Relator, Dep. Eduardo Sciarra (PSD-PR)Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Eduardo Sciarra Inteiro teorParecer do Relator, Dep. Eduardo Sciarra (PSD-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica
18/10/2013	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 3.699/2004, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, II, "g", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se. Inteiro teor									
21/10/2013	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">Recebimento pela CCJC.									
11/12/2013	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">Designado Relator, Dep. Eduardo Sciarra (PSD-PR)Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Eduardo Sciarra Inteiro teorParecer do Relator, Dep. Eduardo Sciarra (PSD-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica									



				Trabalho, de Administração e Serviço Público. Inteiro teor
57	PLS 252/2014	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	19/08/2014 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
58	PL 7093/2014	Irajá Abreu - PSD/TO	Acresce dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	29/10/2014 Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado unanimemente o Parecer. 13/11/2014 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Onofre Santo Agostini (PSD-SC) 14/11/2014 Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/11/2014) 27/11/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 02/12/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Onofre Santo Agostini (PSD-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
59	PL 3003/2011	Assis Melo - PCdoB/RS	Dispõe sobre a prática do "Trabalho Decente" nas contratações de serviços e obras públicas da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	11/12/2013 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none">Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento dos Deputados Osmar Junior, Afonso Florence e Assis Carvalho
60	PL4302/2012	Laercio Oliveira - PR/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	02/04/2014 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none">Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Afonso Florence.



61	PEC 13/2014	SENADOR - Aloysio Nunes Ferreira e outro(s) Sr(s). Senador(es)	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	07/05/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 17h. Matéria aguardando distribuição.
62	PEC 39/2009	SENADOR - Jefferson Praia e outro(s) Sr(s). Senador(es)	Dá nova redação ao § 1º do art. 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a vinte mil habitantes.	24/03/2010 SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA Ação: Anexado quadro comparativo elaborado com base no Parecer nº 237 de 2010. Aguardando inclusão em Ordem do Dia.
63	PLC 56/2014 ou PL 4947/2013	DEPUTADO - Onofre Santo Agostini	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para vedar o direito de outorga onerosa do direito de construir às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	20/05/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 17h. Matéria aguardando distribuição.
64	PLS 368/2012	SENADORA - Ana Amélia	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas 2011urbanas.	03/06/2014 CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria devolvida pelo relator, Senador ACIR GURGACZ, com relatório



				<p>pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 2-CRA.</p> <p>25/11/2014 CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle</p> <p>Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO</p> <p>Reunida a CMA, nesta data, a apreciação da matéria é adiada.</p> <p>02/12/2014 - CMA - Reunida a Comissão na 27ª reunião extraordinária de 02.12.14, foi lido o relatório pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 2-CRA, e pela prejudicialidade da emenda nº 1-CCJ. O relatório originalmente apresentado (fls. 24 a 28) foi substituído pelo relatório lido, por necessidade de algumas retificações.</p> <p>18/12/2014 - CMA - A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.</p>
65	PL 5858/2013 ou PLS 119/2011	Senado Federal - Acir Gurgacz - PDT/RO	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.	25/06/2014 Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) <ul style="list-style-type: none">Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
66	PL 5420/2013 ou PLS 356/2011	Senado Federal - Ana Amélia - PP/RS	Acrescenta inciso VI ao art. 3º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos Municípios para a elaboração do plano diretor e de outras normas dele decorrentes.	15/10/2013 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none">Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
67	PL 6462/2009 (PLS 205/2008) Apensado:	Senado Federal - Renato Casagrande - PSB/ES	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766,	20/11/2009 - Recebimento do texto aprovado no Senado para revisão da Câmara dos Deputados; 25/11/2009 - Às Comissões de Desenvolvimento Urbano e Constituição



	3252/2012 ou PLS 432/2011		de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.	e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à preciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II; 12/06/2012 – CDU - Aprovado unanimemente o parecer da relatora. 11/12/2014 – CCJC - Parecer do Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade do PL 3252/2012, pensado.
68	PLS 39/2010 Tramita em conjunto: PLS 183/2008	SENADORA - Patrícia Saboya	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para determinar que os planos diretores sejam elaborados com base em cartas geotécnicas.	Local: 21/08/2013 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: 21/08/2013 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
69	PLS 65/2010	SENADOR - Renato Casagrande	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências; nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de	Local: 26/03/2014 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: 26/03/2014 - PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO



			26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências; e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para impedir a ocupação de áreas de risco e fortalecer o planejamento de medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo da vazão dos rios.	
70	PLS 475/2007 Tramita em conjunto: PLS 107/2009	SENADOR - Neuto De Conto SENADOR - Raimundo Colombo	Altera o art. 2º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, para dispor sobre área de preservação permanente (APP) em áreas urbanas. Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, Código Florestal. (Estabelece critérios para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano).	Local: 15/07/2011 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: 04/02/2011 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
71	PLS 70/2006	SENADOR - Pedro Simon	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para harmonizar a prestação de serviços públicos com objetivos do desenvolvimento urbano.	Local: 07/05/2014 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: 07/05/2014 - MATÉRIA COM A RELATORIA
72	PL 3228/2008 ou PLS 350/2005	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares - PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de	30/04/2 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (



			propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.	014	CCJC) ▪ Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
73	PLS 504/2013	SENADOR - Wilder Morais	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.		13/02/2014 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Randolfe Rodrigues relator da Matéria. Ao Relator.
74	PLS 236/2012 TRAMITA ANEXO: PLS 55/2006 (criminaliza a conduta de exercício ilegal de profissão ou atividade, e dá outras providências).	SENADOR - José Sarney	Reforma do Código Penal Brasileiro.		02/10/2014 SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: INCLUÍDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 28.10.2014, Requerimento nº 211, de 2014, do Senador Walter Pinheiro, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; e 236, de 2012, por regularem matéria correlata. Votação, em turno único.
75	PL 600/2011	Deputado Augusto Coutinho - DEM/PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.	05/11/2014 06/11/2014	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado por Unanimidade o Parecer.



				Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebimento pela CFT.
76	PLS 317/2013	Senador Ataídes Oliveira	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.	<p>25/11/2014 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos</p> <p>Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES Em reunião realizada nesta data, lido o relatório, encerrada a discussão, colocados em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE, por 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção (fls. 50-53). Anexados, às fls. 54-57, a lista de assinaturas do Parecer da Comissão, Tabelas de Votação Nominal e Texto Final. Anexado o Ofício OF. 186/2014/CAE, comunicando ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, a aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CAE (fl. 58).</p> <p>27/11/2014 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos</p> <p>Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES À SCLSF, em cumprimento ao art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal. 27/11/2014 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO.</p> <p>17/12/2014 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Situação: APROVADA Ação: 14:30 A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário. Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão competente, a matéria vai à Câmara dos Deputados.</p>



77	PLS 66/2014	Senador Paulo Bauer	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos..	<p>05/08/2014 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Em 05/08/2014, o Projeto é devolvido pelo Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, sem alteração em seu relatório. Matéria pronta para inclusão em pauta.</p> <p>21/11/2014 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo</p> <p>Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Matéria constante da Pauta da 15ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, agendada para o dia 26/11/2014.</p>
78	PL 1379/2011	Deputado Romero Rodrigues	Dispõe sobre a arborização de passeio público em conjunto habitacional financiado com recurso público.	<p>24/10/2013 - CMADS - Apresentação do Parecer do Relator n. 2 Parecer da Relatora Deputada Mariana Santanna, pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>28/05/2014 - CMADS - Aprovado, por unanimidade, o Parecer.</p> <p>02/06/2014 - CDU - Recebimento pela CDU</p> <p>04/06/2014 - CDU - Designado Relator.</p> <p>20/11/2014 - CDU - Parecer do Relator, Dep. Alberto Filho, pela aprovação deste, na forma do substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</p> <p>26/11/2014 - CDU - aprovado o parecer;</p> <p>27/11/2014 - CFT - Recebimento pela CFT;</p>



COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

- Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR
- Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI
- Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC
- Comissão de Defesa do Consumidor - CDC
- Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC
- Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU
- Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM
- Comissão de Educação - CE
- Comissão de Cultura - CCULT
- Comissão de Finanças e Tributação - CFT
- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC
- Comissão de Legislação Participativa - CLP
- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS
- Comissão de Minas e Energia - CME
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN
- Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO
- Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF
- Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP
- Comissão de Turismo e Desporto – CTD
- Comissão de Viação e Transportes - CVT

COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL:

- CAE - Comissão de Assuntos Econômicos
- CAS - Comissão de Assuntos Sociais
- CCJ - Comissão de Constituição e Justiça
- CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte
- CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



- CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
- CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
- CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura
- CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
- CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
- CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.